



**MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**EDITAL**

**Nº 238/2024**

**Paulo Alexandre da Conceição Silva,  
Presidente da Câmara Municipal do Seixal**

Torna público, em cumprimento do disposto no art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação atualizada da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, o **despacho n.º 329-VHVF/2024 de 06 de junho**:

**DECISÃO FINAL**

(nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51.º do Regulamento sobre Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal e 127.º do Código do Procedimento Administrativo)

HENRIQUE JOSÉ LIVREIRO VIÇOSO FREIRE, Vereador do Pelouro da Fiscalização Municipal, no uso da competência delegada por força do Despacho nº 247-PCM/2023, de 16 de fevereiro, o qual foi publicado mediante afixação do Edital n.º 49/2023, de 17 de fevereiro, e afixado nos lugares de estilo habituais, determina que na continuação do Processo Administrativo **2021/500.10.301/375**, se notifique:

Por edital todos os proprietários, detentores e possuidores cuja a identidade e/ou morada nos é desconhecida, **para que no prazo de 10 dias (úteis) procedam à poda das ramagens de sobreiro em contacto com os cabos elétricos, solicitando autorização ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), bem como à remoção e deposição adequada dos respetivos sobrantes, existentes no terreno privado sito na Avenida Um de Dezembro de 1640, s/n, próximo ao mercado de Casal do Marco, no lugar de Casal do Marco, na União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires**, pelos seguintes fundamentos de facto e de direito:

- A Câmara Municipal recebeu uma participação devido ao terreno privado em causa se encontrar com sobreiro com ramagens em contacto com cabos elétricos a necessitar da respetiva poda.
- A Divisão de Fiscalização Municipal, no exercício das suas atribuições, confirmou a existência dos factos participados.
- Perante os factos verificados, e para os efeitos de notificação do respetivo proprietário ou outro que a qualquer título detivesse o terreno privado em causa, foram efetuadas diversas averiguações no local para obtenção da respetiva identificação e paradeiro, as quais foram goradas.
- Foi proferido, e publicitado mediante afixação de edital, o Despacho nº 027-VHVF/2024 de 10 de janeiro, com o sentido provável da decisão para que os notificados procedessem à limpeza do terreno, e se pronunciassem em sede de audiência de interessados.
- Decorrido o prazo dado, os notificados não procederam em conformidade.
- Com efeito, tais factos constituem indícios suficientes de que o interesse público municipal está colocado em causa, designadamente por motivos de segurança, nos termos e para efeitos do



## MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL

disposto no n.º 1, do artigo 51.º do Regulamento sobre Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal.

Deste modo, e tendo em consideração a situação factual descrita e o enquadramento legal aplicável, ficam V. Exas. *notificados da decisão final, que determina que, no prazo de 10 dias (úteis) procedam à poda das ramagens de sobreiro em contacto com os cabos elétricos, solicitando autorização ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), bem como à remoção e deposição adequada dos respetivos sobrantes, existentes no terreno privado sito na Avenida Um de Dezembro de 1640, s/n, próximo ao mercado de Casal do Marco, no lugar de Casal do Marco, na União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires*, para efeitos do disposto no n.º1 do artigo 51.º do Regulamento Municipal já referido, bem como da intenção da instauração de procedimento contraordenacional nos termos do disposto na alínea a) do artigo 58.º do citado Regulamento Municipal.

Mais, deverão os notificados ficar cientes que caso se verifique o incumprimento da ordem dada, esta Câmara Municipal, e não obstante a aplicação das respetivas coimas, pode também efetuar a devida participação criminal junto dos Serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa, Instância Local do Seixal, porquanto tal conduta constitui crime de desobediência, nos termos do artigo 348.º do Código Penal.

Notifique-se os interessados do texto integral deste ato administrativo, o qual determina a decisão final do presente processo, dando cumprimento ao disposto nos artigos 112.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Cumpra-se observando as formalidades legais.

Seixal, 24 de junho de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal

Paulo Alexandre da Conceição Silva